

Alcolumbre recebeu ao menos R\$ 2 milhões em “rachadinhas”, diz **Veja**

O senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) recebeu pelo menos R\$ 2 milhões por meio do esquema de "rachadinhas", [publicou a edição da](#) *Veja* desta semana. A revista diz que seis moradoras do Distrito Federal foram contratadas como assessoras do parlamentar, mas que nunca trabalharam para o Senado.

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



O senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Elas tinham vencimentos entre R\$ 4 mil e R\$ 14 mil, porém, não recebiam os valores de forma integral.

Após serem admitidas, diz a revista, as funcionárias fantasmas abriam uma conta em um banco e entregavam o cartão a uma pessoa de confiança do senador que sacava os salários e benefícios a que teriam direito.

Em troca, elas recebiam uma gratificação que, às vezes, não chegava a 10% do salário. Segundo a *Veja*, a prática começou em janeiro de 2016 e funcionou até março deste ano. O senador presidiu a Casa de 2019 a 2021. Os relatos à revista foram feitos pelas próprias mulheres.

Em nota publicada nesta sexta-feira (29/10), o senador Davi Alcolumbre disse desconhecer o esquema de rachadinha em seu gabinete. O ex-presidente do Senado afirmou não ter envolvimento com as informações relatadas.

"Nunca, em hipótese alguma, em tempo algum, tratei, procurei, sugeri ou me envolvi nos fatos mencionados, que somente tomei conhecimento agora, por ocasião dessa reportagem. Tomarei as providências necessárias para que as autoridades competentes investiguem os fatos", diz o texto.

Atualmente, Alcolumbre preside a CCJ (Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça), uma das mais importantes do Senado. Nos últimos meses, ele tem sido criticado por travar a votação da indicação de André Mendonça para o STF (Supremo Tribunal Federal).



Ainda na nota, ele afirmou que a reportagem se trata de uma "orquestração por uma questão política e institucional da CCJ e do Senado Federal".

O esquema da "rachadinha", que consiste na prática de um servidor público ou prestador de serviços da administração desviar parte de sua remuneração a políticos e assessores, também já foi denunciada em outros gabinetes, como no caso do senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), quando era deputado estadual no Rio, e no do vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ).

Date Created

29/10/2021